

LAUDO COMPLEMENTAR DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA

Apresentado no ev. 73.2 aos autos do processo de Tutela de Urgência Cautelar para Preparação da Mediação n. **0005850-77.2024.8.16.0097**, em trâmite perante a 3ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Maringá/PR, requerida por Reginaldo Bandeira – Transportes – “Trans-Bandeira”.





SUMÁRIO

I. OBJETO.....	3
II. ANÁLISE CONTÁBIL-FINANCEIRA.....	5
III. ANÁLISE ACERCA DA REGULARIDADE E DA COMPLETUDE DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O PROCESSAMENTO.....	14
IV. PONTO DE ATENÇÃO.....	21
V. CONCLUSÃO	24

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



I. OBJETO

Em 20/03/2025, no **ev. 73.2**, foi protocolado o **laudo inicial de constatação prévia**, no qual esta perícia verificou a **incompletude de parte relevante da documentação exigida pelo art. 51 da Lei 11.101/2005**, notadamente quanto aos incisos II, III, IV, VII e XI. À vista disso, concluiu-se pela ausência de preenchimento dos requisitos exigidos no artigo 51 e pela impossibilidade de posicionamento técnico quanto ao eventual deferimento do processamento do pedido, sugerindo-se a intimação do autor para a devida complementação documental.

No **ev. 77**, o juízo acolheu a recomendação pericial e determinou que o autor providenciasse os documentos faltantes. Em resposta, o autor protocolou, no **ev. 93**, diversos arquivos para suprir as lacunas identificadas, entre eles:

- ⇒ Balanços patrimoniais, DREs, DFCs e DRA relativos a 2024 e janeiro de 2025;
- ⇒ Relação de credores sujeitos atualizada;
- ⇒ Projeção de fluxo de caixa;
- ⇒ Extratos bancários parciais;
- ⇒ Outras demonstrações complementares.

Ato contínuo, esta perícia, **em atuação administrativa**, indicou formalmente à advogada do requerente, por e-mail datado de 16/04/2025 (reiterado em 02/05/2025), os documentos ainda pendentes, com destaque para a necessidade de apresentação completa das demonstrações contábeis dos exercícios de 2022 e 2023, da relação de empregados, da relação de credores não sujeitos, extratos

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



bancários e documentos comprobatórios de negócios fiduciários. Todavia, no dia **06/05/2025** foi encaminhada somente a documentação contábil dos três exercícios anteriores.

Uma vez que a função designada para auferir a essencialidade dos bens listados nos autos foi suprida no laudo principal, e que não foram fornecidos documentos hábeis a alterar o convencimento exarado naquele momento, o presente laudo terá por **objeto** a análise contábil financeira do autor, seguida da análise da documentação apresentada em complemento, delimitando a conclusão pericial quanto ao **atendimento ou não** dos requisitos formais estabelecidos nos incisos do artigo 51 da Lei 11.101/2005.

Na complementação documental protocolada entre os evs. 93.21 e 93.69, o autor apresentou documentos relacionados aos veículos SR/ESTRADA CG RTC 2E, SR/ESTRADA DOLLY 2E e SR/ESTRADA CG 2E, com o intuito de promover a **reavaliação da essencialidade** anteriormente apontada. Contudo, adianta-se que tal pretensão restou **prejudicada**, uma vez que os documentos apresentados se referem ao período de 2023 até meados de 2024, distanciando-se do recorte temporal da presente análise.

Registre-se que o presente laudo resulta da análise complementar realizada no âmbito da constatação prévia determinada na medida cautelar. Seu conteúdo técnico **se limita** à documentação **disponibilizada pelo requerente** no curso da própria cautelar, parcialmente enviada por via administrativa, e aos documentos posteriormente apresentados com a emenda à petição inicial, constantes do ev. 114.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



II. ANÁLISE CONTÁBIL-FINANCEIRA

Ante a ausência da documentação contábil exigida no artigo 51 ao tempo da apresentação do laudo principal da constatação prévia, a análise contábil-financeira foi prejudicada, sinalizando esta perita que se pronunciaria acerca da matéria tão logo os documentos fossem apresentados nos autos.

Embora a documentação contábil complementar apresentada no **ev. 93** tenha se limitado aos períodos de 2024 e janeiro de 2025, foram recebidos, por via administrativa, os demonstrativos referentes aos exercícios de 2023 e 2022, que posteriormente foram anexados à emenda à petição inicial, no **ev. 114**.

a. Análise Evolutiva dos BPs (2022 a Jan/2025)

O **Balanço Patrimonial** é um demonstrativo contábil de natureza estática, cujo objetivo principal é evidenciar a posição patrimonial e financeira da empresa em uma data específica, geralmente ao final do exercício social. Ele apresenta, de forma estruturada, os bens e direitos da empresa (ativos), suas obrigações (passivos) e o capital próprio (patrimônio líquido), permitindo a avaliação da solvência, da estrutura de capital e da capacidade patrimonial de honrar compromissos. Trata-se, portanto, de um retrato financeiro que revela como a empresa está estruturada para operar e quais recursos possui ou deve a terceiros naquele momento específico, sendo peça central para qualquer análise de viabilidade, desempenho e exposição a riscos financeiros. A estrutura do Balanço Patrimonial é organizada em duas

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



grandes seções — o **Ativo** e o **Passivo** mais o **Patrimônio Líquido**, de modo a manter a equação contábil fundamental: **Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido**¹.

ATIVO: No grupo do **Ativo**, destacam-se duas classificações principais: **Ativo Circulante**, que compreende os recursos de curto prazo (como caixa, contas a receber e estoques), e **Ativo Não Circulante**, que abrange os ativos de longo prazo, notadamente os bens de uso permanente, como veículos, imóveis e equipamentos.

Exercício	Ativo Total (R\$)
2022	R\$ 140.178,47
2023	R\$ 167.443,93
2024 (SPED)	R\$ 5.566.027,92
Jan/2025	R\$ 5.296.805,44

¹ **Complemento:** O Balanço Patrimonial se conecta diretamente com os demais demonstrativos contábeis exigidos no inciso II. Ele é alimentado pelos resultados apurados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), na medida em que o lucro ou prejuízo do período altera diretamente o patrimônio líquido. Além disso, as variações entre dois balanços sucessivos permitem a elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), que identifica a origem e aplicação dos recursos em determinado intervalo. Também se relaciona com a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), que detalha a movimentação da conta final do patrimônio líquido. Ou seja, o Balanço é o ponto de partida e de chegada das informações contábeis, sendo essencial para a verificação da consistência entre os demonstrativos e para o diagnóstico completo da situação econômico-financeira da empresa.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Entre os exercícios de 2022 e janeiro de 2025, observa-se um crescimento abrupto do ativo total, que salta de R\$ 167.443,93 em 2023 para R\$ 5.279.355,57 em 2024, resultado da incorporação de R\$ 5,66 milhões em ativos imobilizados, especificamente veículos. Essa ampliação da base patrimonial coincide com o período imediatamente anterior ao pedido da cautelar.

A análise também identificou a existência de **duas versões distintas do Balanço Patrimonial de 2024** — uma apresentada nos autos, no **ev. 93.16 e ev. 114.28**, e outra apresentada administrativamente e anexada a este laudo como “Anexo 1”, com divergências de R\$ 286.672,35 no total do ativo. As diferenças concentram-se principalmente na conta “Clientes” (ou Duplicatas a Receber). Para a análise em questão, levou-se em consideração a documentação recebida administrativamente, gerada pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), uma vez que dotada de maior confiabilidade por conter dados informados à Receita Federal.

Exercício	Ativo Circulante	Disponibilidades (Caixa/Bancos)
2022	R\$ 140.178,47	R\$ 16.041,92
2023	R\$ 167.443,93	R\$ 10,00
2024 (SPED)	R\$ 588.101,58	R\$ 80,90
Jan/2025	R\$ 413.212,42	R\$ 1.867,66

A conta de disponibilidades (“Caixa e Bancos”) apresenta saldos baixos ao longo de todo o período, com destaque para a redução abrupta de R\$ 16.041,92 em 2022 para apenas R\$ 10,00 em 2023, mantendo-se em valores irrisórios nos exercícios seguintes, inclusive em janeiro de 2025 (R\$ 1.867,66).

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Exercício	Imobilizado (Veículos) - Valor Bruto	Depreciação Acumulada
2022	–	–
2023	–	–
2024	R\$ 5.660.000,00	R\$ (794.380,96)
Jan/2025	R\$ 5.660.000,00	R\$ (888.714,28)

PASSIVO: No lado do **Passivo**, também se distinguem o **Passivo Circulante** (obrigações exigíveis no curto prazo, como fornecedores e empréstimos bancários com vencimento inferior a 12 meses) e o **Passivo Não Circulante** (dívidas de longo prazo, contratos financeiros e obrigações diferidas).

O **passivo total** acompanha a expansão do ativo, crescendo para R\$ 5.279.355,57 em 2024, com aproximadamente 90% desse montante concentrado no passivo não circulante, composto por obrigações financeiras de longo prazo.

Exercício	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total Passivo
2022	R\$ 40.062,65	R\$ 98.212,60	R\$ 140.178,47
2023	R\$ 139.205,34	–	R\$ 167.443,93
2024	R\$ 758.772,89	R\$ 4.781.012,31	R\$ 5.566.027,92
Jan/2025	R\$ 490.719,98	R\$ 4.781.012,31	R\$ 5.298.529,09

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O **Patrimônio Líquido**, por sua vez, representa os recursos próprios investidos pelo empresário ou pelos sócios, ajustado pelos lucros ou prejuízos acumulados, reservas e outras variações patrimoniais.

O **Patrimônio Líquido** do autor permanece praticamente inalterado, girando em torno de R\$ 26 mil desde 2023, sem crescimento proporcional ao aumento patrimonial declarado.

Exercício	Patrimônio Líquido
2022	R\$ 1.903,22
2023	R\$ 28.238,59
2024	R\$ 26.796,80
Jan/2025	R\$ 26.796,80

b. Análise Evolutiva das DREs (2022 a janeiro/2025)

A **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** é um demonstrativo contábil de natureza dinâmica, cuja finalidade é evidenciar o desempenho econômico da empresa ao longo de um determinado período, geralmente o exercício social de 12 meses. Ao contrário do Balanço Patrimonial, que retrata uma situação estática, a DRE apresenta o fluxo de geração (ou destruição) de resultados, apurando se a atividade empresarial gerou lucro ou prejuízo.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



No caso do empresário-requerente, a análise das DREs² demonstra um crescimento expressivo do faturamento bruto, saltando de R\$ 196.472,22 em 2022 para R\$ 2.739.725,47 em 2023, e para valores superiores a R\$ 5 milhões em 2024. Tal evolução representa uma ampliação de mais de 2.800% em dois anos.

Para fins de compreensão da evolução dos Demonstrativos de Resultado do Exercício (DREs) entre 2022 e 2025, apresenta-se a seguir tabela descritiva com os principais indicadores. A leitura da tabela deve observar a lógica sequencial típica da estrutura do DRE: parte-se da **Receita Bruta**, da qual são deduzidos os tributos incidentes sobre vendas e serviços, resultando na **Receita Líquida**. Deduzem-se, então, os custos dos serviços prestados, apurando-se o **Lucro Bruto**. A partir dele, são consideradas as despesas operacionais — administrativas, comerciais, tributárias e financeiras — até a apuração final do **Resultado Líquido do Exercício**.

Exercício	Receita Bruta	Deduções (impostos)	Receita Líquida	Custo dos Serviços	Lucro Bruto	Despesas (gerais, com pessoal, tributárias, financeiras)	Resultado Líquido
-----------	---------------	------------------------	-----------------	--------------------	-------------	---	----------------------

² Como mencionado acima, no exercício de 2024 se observou a coexistência de três versões da DRE com valores diferentes, apresentadas em contextos distintos: a primeira, juntada aos autos (ev. 93.7), correspondente ao resultado de dezembro de 2024; a segunda, também nos autos, anexada à emenda à inicial (ev. 114.18), referente ao período encerrado em setembro de 2024; e terceira, apresentada administrativamente, extraída do SPED contábil. Para a análise, considerou-se, ainda, a versão SPED Contábil, a qual acompanha o presente laudo como “Anexo 2”.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



2022	R\$ 196.472,22	(R\$ 159.347,53)	R\$ 37.124,69	(R\$ 26.865,31)	R\$ 10.259,38	R\$ (33.711,25)	R\$ (23.451,87)
2023	R\$ 2.739.725,47	(R\$ 243.323,73)	R\$ 2.246.961,66	(R\$ 2.249.961,66)	R\$ 246.440,08	R\$ (270.798,09)	R\$ (24.358,01)
2024 (SPED)	R\$ 5.773.433,67	(R\$ 534.909,60)	R\$ 5.238.524,07	(R\$ 4.976.302,56)	R\$ 262.221,51	R\$ (264.217,38)	R\$ (1.995,87)
Jan/2025	R\$ 414.011,87	(R\$ 38.315,03)	R\$ 375.901,55	(R\$ 377.623,60)	(R\$ 1.722,05)	R\$ (51,60)	R\$ (1.773,65)

A análise da **Demonstração do Resultado do Exercício** revela uma estrutura econômica deficitária recorrente, com baixa capacidade de geração de valor, alto custo operacional e ausência de lucros.

c. Análise Evolutiva das DFCs (2022 a janeiro de 2025)

A **Demonstração de Fluxo de Caixa** é um relatório contábil de natureza dinâmica, que evidencia as entradas e saídas efetivas de recursos financeiros durante um determinado período. Ela se organiza em três grandes blocos: (i) **atividades operacionais**, que refletem o caixa gerado ou consumido pelas operações principais da empresa; (ii) **atividades de investimento**, que abrangem compras e vendas de ativos permanentes ou aplicações financeiras; e (iii) **atividades de financiamento**, que representam os ingressos e saídas de recursos decorrentes de operações de crédito, aportes de capital e distribuições. Ao final, o demonstrativo apresenta a variação líquida nas disponibilidades e reconcilia os saldos iniciais e finais de caixa.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



A variação de disponibilidades na **Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)** é apurada de forma direta e objetiva, a partir da **soma algébrica** dos fluxos líquidos das três atividades registradas no demonstrativo. A **variação nas disponibilidades** demonstra o quanto aumentou ou diminuiu o caixa no período.

Exercício	ATIVIDADES OPERACIONAIS	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Variação nas Disponibilidades	Disponibilidades no Início do Período	Disponibilidades no Final do Período
2022	R\$ 279.241,56	–	R\$ (268.725,36)	R\$ 10.516,20	R\$ 5.525,72	R\$ 16.041,92
2023	R\$ 171.983,80	R\$ 0,06	R\$ (188.015,78)	(R\$ 16.031,92)	R\$16.041,92	R\$ 10,00
2024	R\$ 464.913,54	R\$ (9.217,47)	R\$ (454.612,27)	R\$ 10,00	R\$ 1.083,80	R\$ 1.093,80
Jan/2025	R\$ 972,26	–	R\$ 51,60	R\$ 1.023,86	R\$ 843,80	R\$ 1.867,66

Em **2022**, o autor apresentou geração positiva de caixa operacional (R\$ 279.241,56), quase integralmente consumida por pagamentos de financiamentos (R\$ 268.725,36). A variação líquida nas disponibilidades foi de R\$ 10.516,20. Já em **2023**, apesar da geração de R\$ 171.983,80 pelas operações, o caixa foi superado pelas saídas financeiras no bloco de financiamentos (R\$ 188.015,78), resultando em um consumo líquido de caixa de R\$ 16.031,92 – valor que praticamente zerou as disponibilidades ao fim do exercício.

No exercício de **2024**, houve um crescimento expressivo na geração de caixa pelas operações (R\$ 464.913,54), acompanhado de saídas semelhantes na rubrica de financiamento (R\$ 454.612,27), mantendo-se a variação líquida quase nula. O caixa final no exercício foi de

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



apenas R\$ 1.093,80. Por sua vez, em **janeiro de 2025**, a geração de caixa operacional foi limitada (R\$ 972,26), praticamente equivalendo à diferença entre recebimentos e pagamentos correntes do mês. O fluxo de financiamento registrou uma entrada de R\$ 51,60. A liquidez imediata ao final do mês é de R\$ 1.867,66.

d. Análise da Projeção de Fluxo de Caixa

A **projeção de fluxo de caixa** tem, em regra, a função de demonstrar a capacidade futura de geração de caixa suficiente para suportar as despesas operacionais correntes, as obrigações assumidas e, especialmente em contextos de recuperação judicial, o cumprimento do plano de pagamento aos credores. Por isso, sua construção deve ser fundamentada em premissas técnicas consistentes, dados históricos, sazonalidades e tendências de mercado, com explicitação dos critérios adotados.

Foram apresentadas pelo devedor duas versões do demonstrativo de projeção de fluxo de caixa: a primeira no curso da medida cautelar (ev. 93.14) com horizonte de 01/01/2025 a 31/12/2026, e a segunda em anexo à emenda à inicial (ev. 114.29), com horizonte de 01/05/2025 a 30/04/2027.

Em ambas as versões, a estrutura do demonstrativo é semelhante. Entretanto, observou-se mudança no critério de projeção adotado: na primeira versão (ev. 93.14), os valores são progressivamente incrementais, sugerindo premissas de recuperação gradual da receita. Na segunda versão (ev. 114.29), os valores mensais são uniformes e repetidos ao longo de todo o período, sugerindo construção baseada em médias ou valores fixos. A despeito da metodologia adotada, considerando os dados históricos constantes nos demonstrativos contábeis já analisados, as projeções apresentadas não parecem refletir a real capacidade operacional do empresário. Ainda assim, para os fins do

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



exame formal exigido nesta etapa de constatação prévia, conclui-se que as duas versões do fluxo de caixa projetado satisfazem, em termos estruturais, a exigência do art. 51, II, “d” da LRE.

Encerrada, assim, a análise contábil-financeira sob a ótica estritamente técnica e objetiva, passa-se à verificação quanto à regularidade e à completude da documentação apresentada nos autos, conforme exigido nos incisos do art. 51.

III. ANÁLISE ACERCA DA REGULARIDADE E DA COMPLETUDE DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O PROCESSAMENTO

Art. 51 da Lei 11.101/2005

Com base na determinação contida no **ev. 77**, que ordenou a complementação documental conforme os apontamentos do laudo de constatação prévia anteriormente apresentado, o autor promoveu o atendimento parcial da diligência, tanto por meio dos autos (evs. 93 e 114), quanto por via extrajudicial, com envio direto à equipe pericial. Os documentos foram analisados e confrontados com os requisitos elencados no artigo 51, a fim de verificar se houve regularização dos elementos anteriormente indicados como pendentes ou incompletos.

Dessa forma, apresenta-se a versão atualizada da tabela originalmente incluída no primeiro laudo, com a consolidação dos documentos exigidos para o processamento do pedido de recuperação judicial, o status de cumprimento e os respectivos movimentos de junta:

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



STATUS	REQUISITO	MOV. DE JUNTADA / PENDÊNCIAS
✓	Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira – art. 51, I	1.1 1.19 27.1 114.1 114.43
✓	Balanço patrimonial (3 últimos exercícios) – art. 51, II, a	114.8 (2022) 114.9 (2023) 93.16 / Anexo 1 – Sped (2024) 93.15 (01/2025) <i>Foram apresentadas duas versões distintas do Balanço Patrimonial do período de 2024. A primeira, judicialmente, a segunda, administrativamente.</i>
✓	Demonstração de resultados acumulados - DLPA (3 últimos exercícios) – art. 51, II, b	114.11 (2022) 114.12 (2023) 114.13 / Anexo 1 Sped (2024) <i>A DLPA se reflete, também, no balanço patrimonial, na conta "Lucros ou Prejuízos Acumulados", componente do Patrimônio Líquido.</i>
✓	Demonstração de resultado desde o último exercício social - (3 últimos exercícios) – art. 51, II, c	114.14 (2022) 114.15 (2023) 93.7 / Anexo 2 Sped (2024) 93.8 / 114.17 (01/2025)

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



		<p>Foram apresentadas duas versões distintas da Demonstração de Resultado do período de 2024. A primeira, judicialmente, a segunda, administrativamente.</p> <p>O DRE apresentado junto à emenda (ev. 114.18) refere-se ao período encerrado em setembro de 2024. Contudo, deve ser considerada a versão referente ao exercício completo, encerrado em 31 de dezembro.</p>
✓	Relatório gerencial de fluxo de caixa (3 últimos exercícios) e sua projeção – art. 51, II, d	<p>114.19 (2022) 114.20 (2023) 93.9 / 114.21 (2024) 93.20 / 114.22 (01/2025)</p> <p>93.14 (versão 1) / 114.29 (versão 2)</p>
✓	Descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito – art. 51, II, e	1.9 27.8 114.30
✓	Relação nominal dos credores, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84	27.5 (versão 1) 93.3 / 114.32 (versão 2)

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



	desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos – art. 51, III	<i>Foram apresentadas duas versões de relação de credores. Na segunda versão, houve a inclusão de mais credores e o consequente aumento do passivo.</i>
⚠	Relação dos credores não sujeitos, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos – art. 51, III	Pendente
✓	Relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento – art. 51, IV	114.34
✓	Certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores – art. 51, V	1.10, 1.11 e 1.12 27.2, 27.3 e 27.4 114.30, 114.31 e 114.33
✓	Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor – art. 51, VI	1.14 27.10 114.34
⚠	Extratos, atualizados, das contas bancárias e de eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive, em fundos de investimento ou bolsa de valores, emitidos pelas instituições financeiras – art. 51, VII	27.16 e 27.17 93.11 ao 93.13 114.44

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



	Cumprimento parcial
	<i>Os extratos bancários apresentados indicam a existência de conta poupança. No entanto, o autor limitou-se a juntar o extrato da conta corrente Sicredi nº 39207-3, deixando de apresentar extrato atualizado da conta corrente nº 1142-8 do Banco Bradesco.</i>
✓ Certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial – art. 51, VIII	1.15 / 1.16 27.11 / 27.15 114.38 / 114.39
✓ Relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, com a estimativa dos respectivos valores demandados – art. 51, IX	1.18 27.14 114.41
✓ Relatório detalhado do passivo fiscal – art. 51, X	27.13 114.42
⚠ Relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005 – art. 51, XI	1.6 114.5 Cumprimento parcial

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



	<i>Pendente de apresentação da cópia dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o art. 49, §3º.</i>
✓ Exercício regular de atividades há mais de 2 (dois) anos - 48, caput e § 3º	1.10; 1.11 27.2 114.31
✓ Certidões - 48, I a IV	1.7, 1.8 e 1.17 27.6; 27.7; 27.12 114.6; 114.7; 114.40
✓ Instrumento da procuração outorgada aos advogados (Recomendação 103/2020, CNJ)	1.4 e 1.5
✓ Comprovação do pagamento da taxa judiciária e custas (Recomendação 103/2020, CNJ)	1.2; 12.2 e 12.3

a. Análise da completude e regularidade dos demais documentos exigidos pelo art. 51

Atualizada a tabela que discrimina individualmente os documentos exigidos pelo art. 51 da Lei 11.101/2005, verifica-se que, dentre os itens apontados como pendentes no **primeiro laudo** – quais sejam: (i) os demonstrativos contábeis dos três últimos exercícios; (ii) a relação dos credores não sujeitos à recuperação judicial; (iii) os extratos bancários atualizados vinculados ao CNPJ do postulante; (iv) a relação completa de empregados, com identificação de funções, salários e valores pendentes; e (v) os negócios jurídicos celebrados com os

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



credores que trata o art. 49, §3º – **apenas duas providências foram efetivamente adotadas**: a juntada dos demonstrativos contábeis e da relação de empregados.

No que se refere aos demonstrativos contábeis exigidos pelo inciso II do art. 51 da Lei 11.101/2005, ainda que tenham sido posteriormente apresentados, subsistem algumas **ressalvas**. Embora não configurem, isoladamente, causa suficiente para qualificação como incompletude documental, destaca-se que os demonstrativos não foram assinados pelo postulante Reginaldo Bandeira, constando apenas a assinatura do contador responsável. Além disso, verifica-se a existência de versões distintas para o mesmo exercício – tanto para o Balanço Patrimonial quanto para a Demonstração do Resultado do Exercício de 2024 – sem que tenha sido apresentada justificativa contábil, temporal ou técnica que esclareça a divergência.

Quanto à **relação de credores (inciso III do art. 51)**, verifica-se que o autor apresentou, após provocação, uma versão mais detalhada da lista de credores sujeitos à recuperação judicial, em versão expandida e parcialmente retificada, contendo:

- ⇒ Acrescenta 9 credores não incluídos na relação anterior;
- ⇒ Atualiza valores de credores bancários e adiciona dados contratuais;
- ⇒ Corrige a classificação de alguns créditos, indicando "compra" ou "prestação de serviços".

Ressalte-se, conforme já mencionado em parecer anterior, que a **nova relação apresentada não contempla os credores não sujeitos** aos efeitos da recuperação judicial. Ainda que esta não seja a fase própria para a segregação e classificação dos créditos, é evidente, no

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



presente caso, a existência de credores com garantia fiduciária, inclusive com ações de busca e apreensão em trâmite. Como é cediço, nos termos do § 3º do art. 49 da Lei n.º 11.101/2005, tais créditos não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, mas devem constar de forma discriminada na relação de credores, conforme exige o art. 51, inciso III, da referida Lei³.

Em conclusão, ainda que pendente a apresentação da relação de credores não sujeitos à recuperação judicial, os extratos bancários atualizados vinculados ao autor e os negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 da lei, a perícia entende pela satisfação dos requisitos para o deferimento da recuperação judicial exigidos nos artigos 48 e 51 da lei 11.101/2005.

IV. PONTO DE ATENÇÃO

Alerta para possível esvaziamento da relação de credores

Durante a análise da documentação apresentada no curso da medida cautelar e posteriormente à emenda da petição inicial, observou-se que a relação de credores fornecida pelo requerente não incluiu qualquer identificação quanto à existência de credores não sujeitos à

³ Conforme defende Daniel Carnio, o destaque dos créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, inclusive com a indicação dos contratos que envolvem alienação fiduciária, é medida relevante para assegurar a transparência quanto ao montante do endividamento que não será submetido à recuperação, permitindo aos credores uma análise mais precisa da real situação econômico-financeira do devedor. (COSTA, Daniel Carnio; MELO, Alexandre Correa Nasser de. *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005*. Curitiba: Juruá, 2021. p. 159.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



recuperação judicial, conforme exigido no inciso III, do art. 51, da LRF. Também não foram apresentados, até o momento, os negócios jurídicos exigidos pelo inciso XI, do mesmo artigo.

Esse aspecto chamou a atenção da equipe pericial especialmente diante da informação de que todos os bens que compõem o ativo não circulante do autor – veículos – encontram-se financiados, assim como da notícia de buscas e apreensões que buscou se evitar mediante o reconhecimento da essencialidade desses mesmos veículos mediante a cautelar deferida.

Nesse contexto, destaca-se que o Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A, já habilitado nos autos (**ev. 45**), peticionou no **ev. 51.1** informando que veículos alienados à instituição – indicados pelo autor como bens essenciais – foram objeto da ação de busca e apreensão nº 1006758-95.2024.8.26.0564, tendo sido efetivamente apreendidos. Na inicial da referida ação (**ev. 51.2, fl. 8**), constam os contratos nºs **9590367101** e **9590367712**, os quais correspondem aos créditos nºs 7 e 8 da relação de credores apresentada nos eventos 93.3 e 114.32. Registre-se que, na primeira versão da relação de credores (ev. 27.5), embora não houvesse a indicação do número contratual, constavam o mesmo credor e os mesmos valores: R\$ 942.740,10 e R\$ 426.144,05.

A conjugação desses elementos, ***sem qualquer pretensão de adentrar à verificação de crédito – competência exclusiva do futuro administrador judicial a ser nomeado em eventual deferimento do processamento*** –, levou a perícia a tentar localizar os negócios jurídicos firmado com os credores a que se refere o art. 49, § 3º, e, consequentemente, a identificação dos credores não sujeitos. **A apuração teve como único propósito evidenciar a importância do cumprimento dos requisitos documentais previstos nos incisos III e XI do art. 51 da LRF.**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Considerando esse cenário, a equipe pericial realizou consulta pública ao sistema Projudi, por meio da qual foi possível localizar ações de busca e apreensão ajuizadas contra o devedor, bem como os negócios jurídicos subjacentes e os respectivos credores não sujeitos. A partir das informações constantes na própria relação de credores — como número do contrato, instituição financeira e valor — foi possível cruzar e identificar que, ao menos, **seis contratos** que foram classificados como “garantia real” está, na verdade, vinculada a relações fundadas em alienação fiduciária⁴.

4

Credor	Contrato	Valor (R\$)	Processo de busca e apreensão
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	2912204617	334.695,21	0001283-37.2023.8.16.0097
Itaú Unibanco S.A.	30290/638486746	550.000,00	0000242-98.2024.8.16.0097 e 0001641-31.2025.8.16.0097
Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	959036710101	942.740,10	0001599-16.2024.8.16.0097
Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	959036771201	426.144,05	0001599-16.2024.8.16.0097
Sicredi – Valor Sustentável	C206329004 / 49342131	385.634,97	0001343-39.2025.8.16.0097
Sicredi – Valor Sustentável	C106312290 / 41685349	138.440,46	0001342-54.2025.8.16.0097
Total		2.777.654,79	

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Como é de conhecimento geral, os créditos garantidos por propriedade fiduciária não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, conforme expressamente previsto no § 3º do art. 49 da Lei 11.101/2005, mas devem estar devidamente destacados na relação de credores, conforme inc. III do art. 51 da LRF.

O presente apontamento, conforme já exposto, não tem por finalidade antecipar a fase de verificação de créditos, mas tão somente ressaltar a importância do cumprimento dos incisos III e XI do art. 51 da Lei n.º 11.101/2005, especialmente quanto à identificação dos credores não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial e à apresentação da documentação correspondente.

V. CONCLUSÃO

A presente constatação prévia, realizada no âmbito da medida cautelar antecedente, tem por objeto a análise da documentação apresentada antes do ajuizamento do pedido principal de recuperação judicial. Embora a perícia tenha sido delimitada a fase preliminar, especialmente para aferição da essencialidade dos bens indicados pelo autor, o art. 51-A, §§ 5º e 6º, da Lei 11.101/2005 impõe a verificação da regularidade e da suficiência documental exigida para o prosseguimento da demanda.

Não obstante a necessidade de complementação documental acima mencionada, reconhece-se que, sob o aspecto formal, os requisitos estabelecidos no art. 51 da Lei n.º 11.101/2005 foram devidamente atendidos.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Quanto à reavaliação da essencialidade do bem pleiteada no **ev. 93.1**, conforme antecipado, a análise restou prejudicada. Foi solicitado ao requerente o envio de documentação recente referente ao veículo, bem como esclarecimentos sobre a informação levantada pelo Banco Mercedes-Benz acerca de seu suposto abandono, conforme noticiado nos autos no **ev. 51.1**. No entanto, o autor não apresentou os documentos nem prestou os esclarecimentos requeridos, deixando de se desincumbir do ônus que lhe competia.

Termos em que, respeitosamente, apresentamos o presente laudo complementar, permanecendo à disposição de Vossa Excelência para eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Maringá/PR, 26 de maio de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Renata Paccola Mesquita | OAB/PR 50.980

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br

